

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de setembro de 2022, pelas 14 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição de Peticionários da Petição n.º 324/XIV/3.ª - [Não a Grandes Projetos Hoteleiros para a Aldeia do Meco \(NOVA PETIÇÃO \)](#)

Os trabalhos foram conduzidos pela Senhora Deputada **Eurídice Pereira (PS)**, nomeada relatora da petição, que deu as boas-vindas aos peticionários: **Luiz Manuel Fonseca Miranda, José Manuel dos Santos Lopes e Maria Manuel Machado de Matos.**

A Senhora Deputada **Eurídice Pereira (PS)** informou os peticionários que foram efetuadas consultas sobre o peticionado à Câmara Municipal de Sesimbra, ao Senhor Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, os quais, à exceção do último, já se pronunciaram. Referiu que iria ser feita uma insistência junto do Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática e que entendeu ser ainda de consultar a Junta de Freguesia do Castelo sobre o assunto.

Informou que numa reflexão inicial sobre o peticionado tem dúvidas que a Assembleia da República se deva pronunciar sobre a matéria, uma vez que o escrutínio e fiscalização do poder local é feito pelas Assembleias de Freguesia e Municipais. Acresce que o facto dos PDM obrigarem a consultas a determinadas entidades públicas não transportará a Assembleia da República para esse escrutínio, porque os projetos de construção em causa aparentemente estão em conformidade com o PDM aprovado e com as opções feitas pelo poder local em função do mesmo. Não obstante, entendeu ser pertinente ouvir os peticionários, para perceber qual a sua expectativa quando dirigiram a petição à AR.

Nesse sentido, começou por explicar qual a metodologia adotada para a realização da audição, tendo, no final, dado a palavra ao **peticionário, José Manuel dos Santos Lopes**, para fazer a sua intervenção inicial.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

Com base numa [apresentação](#), justificou os motivos do peticionado. Referiu que de quando em vez a Aldeia do Meco tem sido alvo de algum mediatismo, infelizmente não pelos melhores motivos, mas devido ao esporádico surgimento de grandes projetos turísticos hoteleiros previstos para zonas integradas na Rede Natura 2000 e em cima da zona costeira. Recordou que há cerca de 20 anos um destes projetos foi travado pelo então Ministro do Ambiente, Isaltino Morais, com a permuta de terrenos na Mata de Sesimbra, após a mobilização da população.

Agora a população volta a protestar, desta vez por causa de quatro novos projetos turísticos hoteleiros, de grandes dimensões, projetados para terrenos de mata, do domínio privado, que se situam entre a Aldeia e a costa numa área que faz parte da Rede Natura 2000, nomeadamente: os projetos do Pinhal do Atlântico, Pinhal de Prata, Rua do Casalinho e Meco Mar, sendo que só os primeiros dois, os principais, têm projetadas aproximadamente 2000 camas e 600 fogos, cada um. Mais recentemente tomaram conhecimento de um quinto, o projeto ETOSOUTO, situado junto ao Cabo Espichel, composto por 58 fogos, perfazendo um total de 116 camas, sendo que cerca de 12ha da sua área agrícola localizam-se parcialmente em Reserva Agrícola Nacional.

Condenam as construções por questões ambientais (dada a dimensão dos empreendimentos e a sua localização) e porque a Aldeia, composta por 337 habitantes (de acordo com os censos 2011) não tem dimensão para tanta gente, tanto mais que a população já sente frequentemente dificuldades no abastecimento de água potável.

Relembrando a definição de turismo sustentável das Nações Unidas «*Significa que [o turismo] tem em conta as necessidades dos visitantes, do setor e das comunidades e os seus impactes ambientais, económicos e sociais no presente e no futuro*» sublinhou que a população da Aldeia do Meco não é contra o turismo naquela zona, até porque se tem desenvolvido em torno dele, mas entende que nem todo o turismo é sustentável e merecedor de aproveitar a natureza, defendendo mais a promoção do turismo natureza e turismo saúde/bem estar para aquela zona.

Na sua apresentação exibiram imagens representativas da evolução da ocupação do solo na área em causa.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

Finalmente referiram que a população da Aldeia do Meco tem recebido o apoio e a solidariedade de muita gente entendida na matéria e que sobre ela já escreveu, entre eles: o ex-Ministro do Ambiente, Prof. Nunes Correia (manifestou-se contra o Pinhal do Atlântico), Viriato Soromenho Marques, que já se manifestou contra estes projetos no Jornal Letras, Miguel Sousa Tavares, bem como diversas associações ambientalistas, como a Zero - que enviou uma exposição sobre o assunto à Comissão Europeia -, a Quercos e a Sociedade Portuguesa de Ecologia.

Disse ainda que, pouco antes da realização das eleições autárquicas, a população fez uma manifestação junto do Pinhal do Atlântico e do Pinhal de Prata, durante a qual exibiram cartazes alusivos aos projetos que estavam pensados para aquelas zonas e contra os quais se manifestavam.

Seguiu-se uma ronda de intervenções dos grupos parlamentares, na qual participaram os Senhores Deputados:

- **Inês Sousa Real (PAN)** – Agradeceu aos petionários por terem trazido à AR a petição. Para além das dúvidas suscitadas quanto à localização deste projetos em áreas abrangidas pela Rede Natura, Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, mostrou-se preocupada com os problemas ambientais que a execução destes projetos poderia trazer para a zona, tendo referido a descaracterização da Aldeia do Meco, a destruição da biodiversidade nas suas duas dimensões - fauna e flora, a impermeabilização do solo, o aumento da poluição atmosférica e sonora, o aumento dos resíduos urbanos, escassez hídrica, comprometimento do estacionamento e acessibilidades, retirada à comunidade e às populações do seu espaço de lazer e fruição do espaço natural.

Fez aos petionários 4 perguntas:

1. Se tinham conhecimento se a Câmara Municipal já emitiu Alvará de Construção para algum dos projetos? Disse ter a informação de que não, mas queria confirmar, porque nesse caso ainda havia tempo para evitar um desastre ambiental.
2. Se já fizeram alguma diligência junto do ICNF e do Governo e, em caso afirmativo, qual o resultado da mesma?

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

3. Se estão asseguradas as condições para preservar as condições naturais do solo, existentes no local?
4. Se foi feito algum levantamento da biodiversidade, espécies e áreas protegidas naqueles locais, que possam estar abrangidos por regimes legais que proíbem/ possam impedir a construção naquelas zonas e que, portanto, deveriam conduzir a uma rejeição do licenciamento daqueles projetos?

- **Paula Santos (PCP)** – Agradeceu aos peticionários o facto de terem trazido à Assembleia da República a causa que os move. Disse que iria centrar a sua intervenção naquela que é uma das competências da Assembleia da República – a fiscalização política do Governo – e, nesse sentido, gostaria de saber se os peticionários já fizeram alguma diligência junto da CCDR, da APA e do Ministério do Ambiente, e qual o resultado dessas diligências. Por outro lado, disse ser do conhecimento público que alguns dos projetos foram objeto de estudos de avaliação de impacto ambiental e nesse caso gostaria de saber se têm conhecimento dos seus resultados, uma vez que, por enquanto, nenhum dos projetos tem licença de construção emitida. Pediu que partilhassem com a Comissão quaisquer elementos adicionais que permitissem à Comissão apreciar melhor a petição.

- **João Barbosa de Melo (PSD)** saudou os peticionários, disse ser importante o País poder contar com cidadãos empenhados nas suas causas e agradeceu o esforço cívico feito para juntarem tantas assinaturas em torno da sua causa. Disse que, enquanto cidadão, assusta-o a pressão que o poder económico pode exercer sobre o poder político. Entende a preocupação dos peticionários, porquanto, embora os projetos ainda não estejam licenciados, a verdade é que continuam a fazer o seu caminho. Deixou aos peticionários uma pergunta: Na vossa apresentação referiram que, em 2007 o Ministro do Ambiente e o Governo de então, decidiu que estes projetos não deviam avançar. O que mudou desde então? Os projetos já tiveram alguma evolução desde então? Certamente que sim, senão não estariam preocupados.

- **Eurídice Pereira (PS)** perguntou aos peticionários se já tinham apresentado as suas preocupações à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, e qual o resultado dessas diligências?



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

Terminadas as intervenções dos grupos parlamentares, foi dada novamente a palavra aos peticionários para responderem e fazerem as suas considerações finais.

O peticionário **José Manuel dos Santos Lopes** disse terem contactado a Câmara e a Assembleia Municipal, tendo solicitado uma audiência, mas continuam sem qualquer resposta e sem serem recebidos, desde 9 de setembro de 2021.

Os únicos contactos que fizeram com a CCDR, a APA, o Presidente da República, e o Ministro do Ambiente, foi enviar-lhes a petição.

Não têm conhecimento se algum dos projetos já foi licenciado ou não, mas sabem que os projetos que foram sujeitos a estudos de avaliação de impacto ambiental tiveram parecer “favorável condicionado” por parte da CCDR e da APA. Contudo, as condições impostas são tão irrisórias que não põem em causa a dimensão dos empreendimentos nem a sua área de implantação.

Na opinião dos peticionários a Assembleia da República deve recomendar ao Governo cautela sobre a matéria, devido à dimensão dos projetos.

Sublinharam que a população da Aldeia do Meco não é contra o turismo, mas gostaria que o concelho se desenvolvesse com base num tipo de turismo que ainda não tem e de que já deram exemplos anteriormente. Entendem que o turismo não pode continuar a destruir zonas de grande sensibilidade ambiental como aquela que vai desde o Cabo Espichel à Arrábida.

Por sua vez, a peticionária **Maria Manuel Machado de Matos** referiu que a população já está a ficar aborrecida com a situação porque lhes estão a ser vedados acessos a praias que sempre existiram, e lhes estão a ser retiradas zonas de lazer que sempre frequentaram, em prol de projetos que não vão dinamizar e desenvolver o concelho durante todo o ano, mas apenas nos meses de verão.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

Sublinharam que a Aldeia do Meço não tem escala para este tipo de projetos. Nos meses de julho e agosto já têm imensos problemas com acessibilidades e abastecimento de água, e estes projetos implicam mais ligações à rede pública de abastecimento de água. Os projetos são aprovados sem que sejam exigidos meios alternativos e inovadores para o abastecimento de água, como acontece em Formentera, e a população da Aldeia é que vai sofrer mais com os cortes no abastecimento de água que já são uma constante durante o verão.

Concluiu dizendo que Sesimbra é muito rica em tradições e em atividades culturais, desportivas, gastronómicas, que justificam uma abordagem turística diferente daquela que tem sido prosseguida, defendendo um tipo de turismo que leve para o concelho turistas durante todo o ano. Sesimbra não é só praia, pessoas casas e empreendimentos.

A Senhora Deputada **Eurídice Pereira (PS)**, relatora da petição, deu assim por concluída a audição e agradeceu a presença de todos, em particular aos peticionários, desejando-lhes felicidades.

A audição foi gravada em registo de [áudio](#), dando-se aqui por integralmente reproduzida, dispensando, por este motivo, maiores desenvolvimentos.

A reunião foi encerrada às 14:43 horas, dela se tendo lavrado o presente relatório da audição de peticionários, sob a forma de ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2022.

PIA Relatora



(Eurídice Pereira)
Folha de Presenças



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 21/XV/ 1.ª SL

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Firmino Marques (PSD)
João Barbosa de Melo (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Paula Santos (PCP)
Clarisse Campos (PS)
Guilherme Almeida (PSD)
Inês de Sousa Real (PAN)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Pedro Cegonho (PS)